

**A EXPERIÊNCIA DO II FÓRUM DO
OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA
EDUCAÇÃO/OLÉ: extensão universitária e
inovação metodológica**

**THE EXPERIENCE OF THE II FORUM FROM
OBSERVATORY OF SECULARISM ON
EDUCATION/OLÉ: university extension and
methodological innovation**

**LA EXPERIENCIA DEL II FORO
OBSERVATORIO DE LAICIDAD EN LA
EDUCACIÓN/OLÉ: extensión universitaria e
innovación metodológica**



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-
1579.2022v15n3.64599

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

José Antonio Sepulveda

Doutor em Educação

Professor da Universidade Federal
Fluminense, Brasil.

E-mail: josesepulveda@id.uff.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4460-7704>

Amanda Mendonça

Doutora em Política Social

Professora da Universidade Estácio de Sá,
Brasil.

E-mail: amandademendonca@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3324-5672>

Resumo: A crescente presença do discurso conservador na atualidade e a sua relação com o campo religioso estruturam a base de argumentação do programa de extensão Observatório da Laicidade na Educação – OLÉ, vinculado à Universidade Federal Fluminense. Desta forma, um dos principais objetivos do OLÉ é refletir sobre a forte presença da religião na sociedade brasileira contemporânea e como esta atinge o princípio da laicidade do Estado e afeta diretamente a educação pública. Com este propósito, desde 2019, é organizado pelo Observatório o seu Fórum anual. Um espaço de elaboração e troca de experiências sobre as possibilidades de construção de uma educação democrática e laica. Diante da emergência da Pandemia da Covid-19, este espaço precisou ser reconfigurado e adaptado para especificidades que a conjuntura demandava. E é sobre o redimensionamento deste espaço, sobre as mudanças implementadas e sobre o aprendizado com a elaboração e organização desta nova experiência de ensino-aprendizagem que trata este artigo. O objetivo, portanto, é de compartilhar a vivência do II Fórum OLÉ e as inovações desenvolvidas ao longo de sua estruturação. Para isso, foram analisados relatórios, atas de reuniões e demais materiais vinculados à organização do Fórum. Tal metodologia permitiu lançar um olhar mais atento e diferenciado para os registros do Fórum e apontou para a relevância de espaços na Universidade que dialoguem com a experiência da escola básica e para a crescente demanda por mais debates e reflexões acerca de uma educação laica.

Palavras-chave: Laicidade. Educação democrática. Extensão universitária.

Recebido em: 22/10/2022

Aceito em: 22/11/2022

Publicação em: 15/12/2022

Como citar este artigo:

SEPULVEDA, J. A.; MENDONÇA, A. A EXPERIÊNCIA DO II FÓRUM DO OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO/OLÉ: extensão universitária e inovação metodológica. **Revista Espaço do Currículo**, v.15 n. 3, p.1-12, 2022. ISSN2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2022v15n3.64599>.

Abstract: The growing presence of the conservative discourse in the current days and the relation with the religious discourse is the basis of argumentation of the extension program Observatory of Secularism on Education- OSE, linked to Federal Fluminense University. Thus, one of the main objectives of OSE is to demonstrate the strong presence of religion in Brazilian society, which specifically affects the principle of the laicity of the State and directly affects public education. With this purpose, since 2019, an annual Forum is organized by the Observatory. A space for exchange of experiences on the possibilities of building a democratic and secular education. Faced with the emergence of the Covid-19 Pandemic, this space needed to be reconfigured and adapted to specificities that the conjuncture demanded. And this article is about the resizing of this space, about the changes implemented, and about the learning from the elaboration and organization of this new teaching-learning experience. Therefore, the objective is to share the experience of the OSE Forum and the innovations developed during its structuring. To this end, reports, meeting minutes, and other materials related to the Forum's organization were analyzed. This methodology allowed for a more attentive and differentiated look at the Forum's records and pointed to the relevance of spaces in the University that dialogue with the basic school experience and to the growing demand for more debates and reflections about a secular education.

Keywords: Secularism. Democratic education. University extension.

Resumen: La creciente presencia del discurso conservador en la actualidad y su relación con el campo religioso estructuran la base de argumentación del programa de extensión Observatório da Laicidade na Educação – OLÉ, vinculado a la Universidad Federal Fluminense. De esta forma, uno de los principales objetivos de OLÉ es reflexionar sobre la fuerte presencia de la religión en la sociedad brasileña contemporánea y cómo afecta el principio de laicidad del Estado y afecta directamente a la educación pública. Para ello, desde 2019, el Observatorio organiza su Foro anual. Un espacio de elaboración e intercambio de experiencias sobre las posibilidades de construir una educación democrática y laica. Ante el surgimiento de la Pandemia del Covid-19, este espacio tuvo que ser reconfigurado y adaptado a las especificidades que la coyuntura demandaba. Y este artículo trata sobre el redimensionamiento de este espacio, sobre los cambios implementados y sobre el aprendizaje con la elaboración y organización de esta nueva experiencia de enseñanza-aprendizaje. El objetivo, por tanto, es compartir la experiencia del II Foro OLÉ y las novedades desarrolladas a lo largo de su estructuración. Para ello, se analizaron informes, actas de reuniones y otros materiales relacionados con la organización del Foro. Esta metodología permitió una mirada más atenta y diferenciada de los registros del Foro y señaló la relevancia de los espacios de la Universidad que dialogan con la experiencia escolar básica y la creciente demanda de más debates y reflexiones sobre una educación laica.

Palabras clave: Laicidad. Educación democrática. Extensión Universitaria.

1 INTRODUÇÃO

Desde 2020 o mundo foi assolado pela maior crise de saúde pública do século XXI. A pandemia da chamada COVID-19 se revelou ainda mais mortal e perversa do que os especialistas de diversas áreas supunham. A agressividade do vírus, sua alta taxa e rapidez de transmissibilidade, sua capacidade de mutação e adaptação, surpreendeu e desafiou médicos e cientistas. Mas outros aspectos dessa Pandemia também provocaram especialistas de outros campos de conhecimento. Nos referimos aos aspectos sociais, políticos, econômicos, educacionais, psicossociais e todos os impactos e consequências oriundos com a COVID-19.

A pandemia da Covi-19 escancarou de vez a perversidade de um sistema que exclui a maior parte da população mundial e concentra a riqueza na mão de poucas pessoas, assim como despreza os mais pobres. Foram estas pessoas as mais atingidas em todos os sentidos. Na impossibilidade, muitas das vezes de permanecerem no isolamento social, no acesso negado a um auxílio efetivo do Estado que enfrentasse o desemprego e a crise econômica gerada pela pandemia. Também foi este segmento social o mais afetado pela ação de grupos religiosos extremistas¹, muitos deles anti-vacina, e pelo impacto

¹ Ao longo do texto a definição utilizada como referência para “religiosos extremistas” será apresentada e desenvolvida.

trazido com o ensino remoto para a educação pública. Estes dois últimos pontos, em especial, constituem nosso interesse e esforço de análise neste texto.

Dessa forma, um de nossos objetivos é pensar de que forma a pandemia no Brasil distanciou ainda mais o país de uma perspectiva laica, aprofundando e consolidando a atuação de religiosos extremistas. E como este distanciamento de um Estado laico se relacionou e interferiu na educação pública do país. Nossa proposta é refletirmos sobre os impactos dos discursos religiosos anti-vacina, anti-ciência, em um ambiente de anti-intelectualidade que se propagou rapidamente, diante de um contexto de ensino remoto. Os inúmeros ataques proferidos por estes grupos à ciência também se direcionavam ao ambiente escolar e universitário. E apesar de não terem sido inaugurados na Pandemia, encontraram nela um cenário favorável para se expandir. Ou seja, o modelo remoto, as dificuldades enfrentadas por todo o campo educacional para se reorganizar, tanto em termos de currículo, metodologia e até mesmo estruturalmente, a nosso ver, contribuíram para a propagação desses discursos.

Contudo, mesmo diante desse avanço do extremismo religioso e sua repercussão na educação pública, também houve resistência do campo educacional e dos defensores da laicidade. Assim, neste artigo abordamos uma experiência que consideramos como uma das formas de inovação e enfrentamento a este extremismo, que foi o II Fórum do Observatório da Laicidade na Educação – OLÉ, realizado em novembro de 2021. O evento que ocorreu de forma virtual, contou com uma expressiva participação de estudantes, professores, pesquisadores, ativistas e membros da sociedade civil em debates sobre a conjuntura, sobre o papel do Estado laico frente ao avanço anti-ciência no país, a educação pública laica, dentre outros temas. Vale ressaltar, que as discussões ocorreram ao longo de uma semana e em atividades com diferentes formatos.

A experiência do Fórum constituiu a nosso ver um momento de inovação e de resistência com a qual podemos aprender e desenvolver novos formatos de interação, representatividade, temas de interesse público e possibilidade de ações envolvendo a parceria Universidade e escola básica pública. Por isso, buscamos com este artigo registrar de que forma o Fórum se constituiu neste cenário como um espaço de contra hegemonia aos discursos extremistas religiosos e ao mesmo tempo proporcionou reflexões e mudanças possíveis na atuação das Universidades públicas.

2 EXTREMISMO RELIGIOSO E A PANDEMIA DA COVID -19 NO BRASIL

Segundo Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017) ao analisarmos o campo religioso brasileiro é necessário fazermos a distinção entre fundamentalismo e extremismo, sendo este último o uso de medidas radicais para alcançar objetivos políticos. Esta diferenciação, para os autores, torna-se relevante em um cenário onde há uma associação entre discurso conservador e “fundamentalismo” religioso. Ou seja, há um uso da expressão “fundamentalismo” de forma a significar um sinônimo para conservadorismo.

Nesse sentido, é interessante sabermos que a origem da expressão “fundamentalismo” remonta ao século XIX e à reafirmação de dogmas contra o chamado liberalismo cristão e o Iluminismo em geral, não implicando necessariamente na rejeição total de crenças e comportamentos diferentes. Diferente, portanto, do cenário atual brasileiro em que se estabeleceu um rótulo negativo aos “fundamentalistas”, colocando-os como os grandes e únicos responsáveis pelos retrocessos em curso na sociedade brasileira. O que Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017) destacam é que essa associação foi sendo constituída a partir da ação de grupos extremistas.

De acordo com eles, há religiosos extremistas em todas as denominações e o que os diferencia do “fundamentalismo” é o esforço para cessar transformações sociais e impor seu conjunto de valores. Para isso, estes agentes buscam se movimentar em diferentes campos, mas predominantemente no político. São extremamente reativos a convivência com percepções diferentes de modelo social e por isso vem agindo no Brasil de maneira a instituírem-se enquanto maioria e assim conseguirem fazer predominar seus princípios morais.

Assim, consideramos que frente a pandemia da Covid-19 no Brasil, o que assistimos foi um avanço na atuação destes grupos extremistas. Uma das principais formas de atuação destes setores foi a opção de minimizar a gravidade da doença e a negação da ciência. Em vídeos amplamente divulgados pelas

redes sociais, dois líderes religiosos extremistas e de grande notoriedade nacional, Edir Macedo e Silas Malafaia, disseram que não fechariam suas igrejas por causa de uma gripe e que a fé em Deus seria o suficiente para derrotar o vírus. Esse mesmo discurso foi reproduzido por diversos líderes de diferentes denominações religiosas.

O presidente da república, que compõe estes grupos extremistas religiosos, também foi um dos protagonistas dos principais discursos anti-ciência no país. O chefe de Estado brasileiro passou a atacar diretamente a ciência e alegava que o principal era a economia, e, com isso, questionava procedimentos e protocolos médicos definidos cientificamente. Ele incluiu, por exemplo, as religiões como serviços essenciais, através do decreto 10.292/20, em contexto de pandemia, garantindo os interesses dos grupos mais extremistas contrários ao isolamento social.

O comportamento do poder público brasileiro e do chefe do executivo não foi surpreendente. Há muito que a imbricação entre religião e Estado está cada vez mais forte no Brasil. Diferentes instituições religiosas interferem cotidianamente em nossos órgãos legislativos e de maneira muito evidente orientam o executivo federal. Diante do inevitável crescimento da Pandemia, a laicidade, ou seja, separação entre Estado e Igreja, torna-se cada vez mais importante.

É essencial dizermos também que compreendemos à laicidade como um processo, como uma construção histórica e não como uma linha contínua. Nesse sentido, falar em Estado laico implica em considerar que há contradições que ficam atenuadas ou que são acirradas, que há momentos de maior apartação do Estado em relação às questões afetas ao mundo religioso e outros de estreitamento destes. Ou seja, tal concepção de laicidade pressupõe conflito e disputa nesta relação.

Cumpramos ressaltar que a evidente importância das ciências foi fortemente defendida, no momento auge da pandemia, pelos meios de comunicação, por movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e professores, e colocou o chefe do executivo, representante desse extremismo, em uma situação de desgaste. E foi nesse contexto que o debate sobre necessidade da separação entre Estado e Igreja, portanto, da laicidade do Estado ganhou visibilidade.

Ganhou notoriedade também as discussões sobre a educação, especialmente a escola pública, e a relação entre estes discursos e ações anti-ciência e o papel de professores, dos currículos, gestões e práticas pedagógicas que se contrapunham ao negacionismo. É nesse contexto, que a reflexão sobre uma educação pública laica se destaca.

2.1 Educação pública laica

A presença da religião na escola pública não é um assunto novo, também não é algo ultrapassado e tão pouco superado, mas sim tema de calorosos debates e que se mantém atual. Acerca deste debate, Fischmann (2008) apontou que os 400 anos de união entre poder político e a Igreja Católica fizeram com que o princípio da laicidade na República seguisse dois caminhos; o primeiro envolvendo aspectos legislativos, e o segundo referente à vivência no plano cultural e social. Ainda de acordo a autora esta relação ao longo de tantos séculos entre a Igreja Católica e o Estado repercute nos debates atuais referentes à questão da laicidade.

A ligação entre Estado e Igreja Católica apareceu na Carta Constitucional de 25 de março de 1824, na qual foi declarada em seu artigo 5º que a Igreja Católica Apostólica Romana seria a religião do Império. Acerca desta união Cunha diz:

O ensino da religião católica, nas escolas públicas brasileiras, no período imperial, era uma consequência da união entre o Estado e a Igreja. Essa herança dos tempos coloniais chegava a tal ponto que houve quem dissesse que a Igreja Católica no Brasil nada mais era do que um apêndice da administração civil (CUNHA, 1999, p.344).

Na Constituição republicana de 1891, a religião passou a constituir assunto privado, e o ensino religioso, por exemplo, foi vedado nas escolas oficiais. Esta Constituição determinou a neutralidade do Estado, no sentido de não subvencionar ou não adotar cultos religiosos, bem como não lhes embarçar o funcionamento, proibindo qualquer dependência ou aliança entre o culto e seus representantes.

Entretanto, vale destacarmos, que o regime republicano instaurado no Brasil em 1889 não eliminou essa imbricação entre Estado e religião, pois manteve numerosos privilégios detidos pela Igreja, na educação como em outros campos.

Assim, é importante registrarmos que a laicidade na educação pública é uma antiga e ainda não realizada aspiração no Brasil. E mesmo tendo vigorado por um período de mais de 40 anos contendo menção específica à laicidade das escolas públicas, a primeira Constituição Republicana não foi suficiente para impedir a resistência de grupos religiosos no campo educacional brasileiro.

O que podemos identificar ao longo da história da educação brasileira é que os sistemas escolares públicos se constituíram em arena de luta pela hegemonia entre correntes cristãs, em detrimento de outras tradições religiosas e dos que não professam religião alguma. Também é possível encontramos a presença da religião na escola ao longo desta trajetória de muitas formas, seja com uma disciplina curricular, seja com símbolos, com ação pedagógica de alguns docentes ou da perspectiva cristã que permeia os currículos.

Todos esses elementos acumulam para o que Cunha (2009) denominou como a perda da autonomia relativa do campo educacional. Segundo o autor, a ofensiva de diversas entidades religiosas para exercerem o controle do currículo da educação básica no setor público, com o respaldo de setores do magistério e de parlamentares, tem sido cada vez maior. Este cenário, a nosso ver, se agrava diante da Pandemia no Brasil. Novos limites entre Estado, religião e escola pública foram cruzados. A relação entre o negacionismo e a ação extremista religiosa se intensificou e avançou diante da escola e da Universidade pública. Desta forma, a defesa de uma educação laica, o que incluiu o desenvolvimento e elaborações sobre o que seria esta educação, ganhou novos adeptos no campo educacional entre os que passaram a identificar que a presença da ciência, do pensamento crítico e da intelectualidade, estaria relacionada a um ambiente laico.

Nesse sentido, em uma sociedade plural e democrática como a nossa, onde várias religiões coexistem no seio da mesma população, a liberdade de religião está diretamente relacionada aos limites apropriados para conciliar os interesses dos diversos grupos e o respeito à convicção de cada um. Além disso, por estar diretamente implicada com a formação da consciência de crianças e adolescentes, bem como o exercício desses e de outros direitos, a questão da presença religiosa nas escolas públicas compreende um dos pontos mais sensíveis na defesa da laicidade do Estado.

Nesta perspectiva, uma educação laica é um elemento que se contrapõe ao conservadorismo. Uma vez que defende a liberdade religiosa. A laicidade do Estado deve ser garantida de forma que “todos possam conviver sem ter que manifestar essa dimensão da vida, fazendo-o apenas se quiser” (FISCHMANN, 2008, p. 13). Isso implica também que não ter uma religião também é um direito. Um Estado laico não se associa a nenhuma religião e também não presta privilégio. Portanto, não a financia com recursos públicos e nem estabelece convênios de qualquer ordem, pois tem a obrigação de assegurar a liberdade religiosa para todos os sujeitos, o que caracteriza a laicidade como pilar da democracia. Em suma, a defesa da laicidade é fundamental para que tenhamos uma verdadeira sociedade democrática na luta contra todas as opressões conservadoras da sociedade contemporânea.

Ou seja, a educação democrática e laica assume uma tarefa pedagógica e positiva, abordando valores e princípios que propiciam o questionamento e o rompimento com uma série de entraves morais e colaboram para a abordagem de qualquer tema sem interdições. Isso significa negar a escola “neutra” e defender uma escola que promova os valores básicos que permitem a própria existência de uma ordem democrática. Além disso, tais pressupostos apontam para a ideia do campo educacional enquanto um espaço de promoção da cultura e do reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos às diferenças.

A partir desta compreensão, qual a seja, a de que a educação laica representa um elemento central na construção de uma educação democrática e sem qualquer tipo de interdição, que se orienta as ações desenvolvidas pelo OLÉ. O observatório, desde sua fundação, sempre buscou desenvolver reflexões sobre as diferentes concepções de Estado laico e educação pública laica. Sempre de forma alinhada com o que popularmente se chama de “chão da escola”. Ou seja, ao longo de sua trajetória, o OLÉ buscou o

diálogo entre teorias acerca da temática da laicidade e a vivência e experiências possíveis no cotidiano escolar. E foi com este intuito que teve início um dos principais espaços para promoção deste diálogo, o Fórum anual do OLÉ.

3. A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM OLÉ

O Observatório da Laicidade na Educação teve início na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ no início dos anos 2000, onde à época se chamava Observatório da Laicidade do Estado. O primeiro Observatório funcionou de 2007 a 2013 no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, da UFRJ. Neste período o OLÉ contava com pesquisadores de diferentes universidades e desenvolvia atividades relacionadas a laicidade não apenas restritas a esfera educacional.

A partir de 2014 o OLÉ passou a atuar por seis anos como uma rede independente de militantes, professores, estudantes e pesquisadores defensores da educação pública laica. Este grupo organizou uma série de atividades, cursos, produziu materiais sobre educação laica e apesar de não desenvolver uma pesquisa própria do OLÉ, contou com levantamentos e pesquisas realizadas por seus colaboradores em parceria com outras instituições e organizações.

Em maio de 2019 o OLÉ passou a integrar Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense como extensão universitária. Desde então, o Observatório da Laicidade na Educação é formado por professores (as) e estudantes, militantes pró laicidade do Estado que elaboram, reúnem e difundem posições relacionadas à educação pública laica. Para isso, o OLÉ se propõe a identificar a presença de práticas religiosas nas escolas públicas tanto quanto a oposição a elas, compartilhando conhecimento e difundindo posições políticas republicanas.

Atualmente, o Observatório conta com cerca de quarenta integrantes, entre coordenação, colaboradores, conselheiros e estudantes (de graduação e pós-graduação). Vale mencionar que integram o OLÉ colaboradores de diferentes estados do país e que há uma diversidade de campos de conhecimento representados entre estudantes de diferentes cursos, como pedagogia, história, geografia, biologia, assim como de professores e pesquisadores. O OLÉ também possui parceria com instituições, movimentos e entidades como: o Centro de Estudos Educação e Sociedade, a DHESCA Brasil – Plataforma de Direitos Humanos, o Movimento Educação Democrática – MED, o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Professores Contra o Escola Sem Partido – PCESP, a Universidade, Resistência e Direitos Humanos / Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Direitos Humanos – URDIR e o Grupo de Pesquisa em Tecnologia, Educação e Cultura – GPTEC/ IFRJ.

Este conjunto de colaboradores, em suas diferentes frentes de atuação, tem como foco discutir a questão da laicidade no mundo contemporâneo, em especial no Brasil, tendo em vista os problemas que envolvem a relação entre Estado e Religião. Entender os problemas referentes a direitos religiosos e o papel do Estado frente ao crescente aumento do discurso religioso nas sociedades ocidentais, com interesse diferenciado para o campo da educação constituem os principais interesses do OLÉ. Para isso, diferentes atividades, como a alimentação e manutenção da página do Observatório na internet (www.ole.uff.br), são desenvolvidas pelo OLÉ. Em 2021 a página contou com cerca de 10.000 visualizações. Este dado nos auxilia no dimensionamento do impacto direto que esta ação de extensão proporciona no público em geral. Inclusive atingindo outros países. Para o ano de 2022 a meta do Observatório é de chegar a 15 mil visualizações, a partir de uma intensa propaganda da página entre os grupos de pesquisa, extensão e, também, dos meios de comunicação. Também vale mencionar que está em curso o processo de internacionalização da página.

Além disso, o Observatório oferta de cursos de Extensão, palestras em escolas públicas e atua para a criação de uma rede de extensionistas em defesa da democracia, do Estado Laico e da escola pública laica. A ideia é que estas ações contribuam para capacitar a sociedade fluminense, em especial professores, para difundir a laicidade como fundamento da democracia. De forma direta, o OLÉ pretende atingir docentes e discentes das escolas públicas e privadas do grande Rio de Janeiro.

Para a realização destas atividades, o OLÉ se orienta a partir de uma bibliografia especializada e

pelo material já coletado pelo Observatório, com destaque especial para a Declaração Universal da Laicidade no Século XXI, desenvolvida em 2005, por ocasião das comemorações do centenário da separação entre Estado e Igreja na França. Assim, acreditamos que as atividades organizadas pelo Observatório da Laicidade na Educação podem contribuir na capacitação da comunidade acadêmica e para que a sociedade possa discutir e trabalhar melhor o respeito e a tolerância com as diferentes manifestações religiosas. Além disso, com a manutenção da página na internet as/os estudantes terão acesso organizado sobre a temática que envolve a disponibilização de material no formato de artigos, livros, dissertações e teses; além da legislação pertinente; o debate travado em outros países, e a possibilidade de se manter atualizado com as notícias divulgadas na grande mídia.

Também é importante dizermos que a Observação participante é a principal forma de atuação do OLÉ. Há um empenho em analisarmos criticamente o observado e intervirmos no debate político, tanto sobre a educação pública quanto em questões correlatas, que digam respeito à laicidade do Estado. E foi com esta perspectiva que demos início a organização do Fórum do OLÉ. O intuito foi o de proporcionar um espaço de troca, de reflexão e de mobilização em torno de uma educação laica, o que inclui novas práticas políticas e pedagógicas.

3.1 Fórum OLÉ

Em 2019 ocorreu no campus da UFF o I Fórum organizado pelo OLÉ. Uma experiência inédita, que contou com cerca de 200 participantes ao longo de 03 dias. Para além da representatividade no número de participantes, um feito que merece ser destacado dado que a temática da laicidade ainda encontra pouco espaço na academia e possui um campo restrito de pesquisadores, destacou-se neste primeiro fórum a diversidade do público. Alunos de diferentes cursos, professores de áreas diversas e figuras e lideranças ligadas a movimentos sociais estiveram no Fórum buscando um primeiro contato com a temática e contribuições para pensar a conjuntura.

Este primeiro Fórum teve uma programação que incluiu mesas redondas, palestras e o que se chamou de “relatos de experiência”. Esse último foi dedicado a professores da educação básica para que estes pudessem compartilhar casos, situações, reflexões e os desafios cotidianos que perpassavam suas ações pedagógicas no que tange a presença religiosa na escola. O OLÉ abriu inscrição prévia para estes relatos, mas durante a atividade houve uma adesão espontânea e boa parte da plateia compartilhou algum relato. Consideramos este o momento mais rico do Fórum, onde foi possível prevalecer um diálogo, de forma horizontal e com os participantes promovendo relações e links entre os debates e as palestras promovidas ao longo do fórum e a vivência deles no “chão da escola”.

Ao longo do Fórum buscamos adotar metodologias que privilegiassem conversas e interações com os participantes e promovemos avaliações sobre o evento de forma interativa e durante as atividades. Isso significou o uso de ferramentas mais tradicionais como questionários e fichas, mas também dinâmicas diversas ao término de cada atividade para que pudéssemos ouvir os participantes sobre como haviam sido impactados pelos debates e as trocas. Ao término deste primeiro fórum e ao revistarmos essas avaliações, identificamos que a ampla maioria dos participantes relatou o quanto se sentiram acolhidos e interessados pelos debates nas atividades com dinâmicas que promovessem conversas horizontais. Destacou-se nestes relatos a menção aos “relatos de experiência” como um espaço fundamental e inovador para muitas pessoas.

E foi a partir destes retornos sobre o nosso fórum e de como ele foi capaz de acolher e afetar positivamente os que dele participaram, e que, em 2021, ainda mergulhados na Pandemia, no negacionismo que avançava no país, nas dificuldades do ensino remoto, no adoecimento psíquico dos profissionais da educação e no crescimento avassalador da atuação religiosa extremista, que decidimos realizar nosso II Fórum.

A respeito do crescimento da agenda negacionista é importante enfatizarmos que pelo fato do conservadorismo ser entendido pelo discurso, torna-se importante destacar o pensamento de Foucault (2006) no que diz respeito às maneiras como o discurso se produz na sociedade. Segundo o autor, o discurso vive por meio de si mesmo, tem autonomia e normas próprias. O discurso compõe o mundo e os

sujeitos, colocando-nos em regimes discursivos que nos moldam a uma maneira de compreender, narrar e pensar enquanto sujeitos no mundo. Por isso, os conservadores quando interrogam os termos, mas, sobretudo, quando pensam os discursos sobre gênero, por exemplo, os compreendem como dispositivos que levam à produção de regimes de verdade e que por isso devem ser interditados (FOUCAULT, 2006).

O discurso não está situado fora dos dispositivos e práticas nos quais ele se corporifica e se produz. Somos sujeitos constituídos pelo discurso, pelas normas e regras que se formam e pelas ferramentas que ele nos proporciona para a composição de nossa maneira de pensar e de agir no mundo, com o outro e conosco. Sendo assim, os discursos dos conservadores estão regidos por certas normas e valores que os levam a pensar o mundo sobre uma determinada ótica e influenciam em suas práticas. Foucault (2006) diz que o dispositivo determina a lógica do jogo que pode haver entre os elementos que possuem os discursos científicos, filosóficos, morais, políticos, institucionais e as leis para suplantar a dualidade entre as formações discursivas que representam o saber, e as não discursivas, que representam o poder. Os dispositivos são processos especiais e não possuem ordenações estáveis. O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1979, p. 246).

Um dispositivo de verdade seria uma estratégia para compreender os jogos do poder que produzem as verdades e o falso, ou seja, é uma maneira de problematizar a produção do verdadeiro e do falso pelo Estado e presente na sociedade. Foucault (1996) explica que a verdade está sempre ligada a sistemas de poder-saber que a produzem, e a resultados de poder-saber que ela induz e que a reproduz. Dessa forma, os discursos conservadores podem ser vistos funcionando como regimes de verdade e se baseiam em um sistema de exclusão, pois nem todos possuem o direito ou a possibilidade de dizer tudo, assim como nem todos são reconhecidos em seus discursos; ou seja, para os conservadores só o seu discurso está autorizado, assim como sua forma de pensar é a correta, excluindo os demais discursos e pensamentos que são produzidos na arena social. Para tanto, algumas instâncias, técnicas e procedimentos passam a ser valorizados no alcance da verdade, assim como o status daqueles que estão autorizados a dizer o que é considerado como verdadeiro.

Portanto, o racismo, o sexismo, entre outros, são produções de verdade construídas pelo poder instituído e compartilhado pelo pensamento conservador e religioso. Para analisá-los, Foucault trabalha a partir do uso do dispositivo de verdade e do regime de verdade. Para tentarmos evidenciar as diversas formas de repressão presentes no discurso conservador, vou novamente a Foucault (1996), pois o autor esclarece que existem diversas maneiras de controle do discurso, uma delas é a interdição que pode ser entendida como um recurso que limita a sua enunciação. Dessa forma, entende-se que há na interdição um aparato de controle que impede que qualquer pessoa, em qualquer lugar ou circunstância, possa dizer tudo sobre determinado assunto. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os problemas se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado alguns dos seus mais terríveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder (FOUCAULT, 1996, p. 9 -10).

A partir do pensamento do referido autor, podemos analisar que para os conservadores, o discurso e o pensamento político deles é o que conta, é o que é considerado como verdadeiro. Vale reforçar aqui que o próprio discurso é elemento de disputa, e o conservadorismo é um discurso carregado de pretensas verdades, o que o torna extremamente sedutor. Como bem analisa Mannhein (1959), o conservadorismo nasce do tradicionalismo, de modo que apresenta um forte significado social e identitário, o que facilita a identificação de uma parcela da população com esse discurso. Nesse sentido, é bom destacar que os dispositivos de verdade não são exclusivos do pensamento conservador. Muitos grupos sociais, incluindo os movimentos sociais transformadores, quando se radicalizam, fazem uso desses dispositivos,

construindo fortes regimes de verdade, que atuam socialmente de forma excludente, o que torna a identificação do conservadorismo e sua relação com o discurso religioso mais difícil.

Segundo Bobbio (1992), Bonazzi (1992) e outros autores, o conservadorismo pode estar presente em qualquer teoria sendo capaz de endossar qualquer prática social conservadora. Afinal, o termo se refere a um conjunto de retóricas que inviabilizam e dificultam a mobilidade social. Isso caracteriza que o conservadorismo era o elemento que naturalizava as desigualdades sociais. Ou seja, qualquer proposta de igualdade social, ou de ruptura à ordem social natural, deveria ser combatida. Tal estilo de pensamento passou a minimizar a importância das classes sociais, defendendo a ideia de que havia uma desigualdade definida pela natureza humana; esse discurso endossava a visão religiosa de mundo, mais especificamente a cristã.

Nesse sentido, o conservadorismo era o elemento ideológico fundamental que construíra senso comum. Portanto, não era exclusivo de nenhuma classe social. Na disputa por poder que ocorre no campo da cultura o conservadorismo é um importante elemento na construção dos interesses de classe e na própria consciência de classe, uma vez que funciona como um complicador do processo. Assim, não estão em disputa somente as condições materiais de sobrevivência, estão também as condições simbólicas, compostas por diversas argumentações de diferentes naturezas, o que torna o processo de conscientização de classe ainda mais lento.

Ao afirmarmos que classe e consciência de classe são sempre a última fase de um processo real, naturalmente não pensamos que isso seja tomado no sentido literal e mecânico (THOMPSON, 2012). Uma vez que se tem uma consciência de classe desenvolvida, as pessoas podem ser “socializadas” em um sentido classista, e as instituições de classe prolongam as condições para sua formação. Podem-se gerar tradições ou costumes de antagonismos de classe que não correspondam mais a um antagonismo de interesses. Mas tudo isso faz parte da complexidade que habitualmente encontramos na nossa análise histórica, especialmente a contemporânea. A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes (THOMPSON, 2012).

A compreensão do Thompson (2012) em romper com a tradição marxista ortodoxa, que coloca em oposição a base e a superestrutura, é fundamental para o argumento que defendo aqui. Não é possível entender o conservadorismo desvinculado dos interesses de classe, mas não é só isso. O conservadorismo é reproduzido como argumento de uma retórica que ultrapassa as questões de classe, encontrando as questões abstratas de sobrevivência que estão em disputa no campo da cultura, em especial nas diferentes demandas dos grupos minoritários: mulheres, lésbicas, gays, transgêneros, negros etc. Isso não quer dizer que a luta de classes desapareça. Ela simplesmente se torna mais complexa, com mais variantes, ocorrendo em diferentes espaços sociais.

Consideramos fundamental esta breve análise sobre o discurso conservador para que possamos compreender de que forma este discurso, combinado com uma agenda governamental e a atuação de grupos religiosos extremistas, explicam em parte o atual cenário brasileiro. Ao identificarmos o problema do discurso conservador e religioso, entendemos que a laicidade pode ser uma forma de luta pela democracia. Assim, a partir contexto atual da política brasileira, com fortes componentes conservadores e religiosos, acreditamos que entender melhor os problemas referentes à importância da laicidade do Estado significa também analisar um elemento fundamental que assegura a democracia brasileira.

Nesse sentido, o trabalho do OLÉ se orienta, entre outros documentos, pela Declaração Universal da Laicidade no Século XXI, desenvolvidas por Jean Bobérot, Micheline Milot e Roberto Blancarte em 2005, por ocasião das comemorações do centenário da separação estado e Igreja na França. Além disso, para o referencial teórico e político do Observatório, o debate sobre a laicidade também coloca o foco na questão dos direitos humanos. Pois, no Brasil atual, direitos conquistados por minorias sociais estão sendo ameaçados através de alguns discursos conservadores e religiosos.

A partir destas perspectivas teóricas-políticas organizamos o II Fórum do OLÉ em formato virtual. Vale dizermos que a todo momento a organização do Fórum se preocupou com o formato das atividades,

de forma a garantir efetivamente um espaço acolhedor, de escuta, de troca. E este se constituiu no grande desafio de um evento na modalidade virtual. Como realizar este acolhimento por tela. Nesse sentido, acreditamos que as rodas de conversar constituíram uma parte importante deste trabalho de escuta. Elas asseguraram um espaço acolhedor para docentes, discente e pessoas da sociedade civil se manifestarem sobre as suas experiências negativas ou positivas com relação a laicidade na educação em um sentido mais estrito ou a laicidade do estado em um sentido mais lato.

Foram quatro dias de intensos debates e reflexões que demonstraram que a questão da laicidade vem se constituindo como um tema de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. As atividades e rodas de conversas foram gravadas e disponibilizadas no Youtube. Também é importante lembrarmos que o evento foi totalmente gratuito e foi construído por docentes e discentes comprometidos com a educação pública, gratuita e laica.

Outro desafio colocado diante do cenário já apresentado foi o de como mobilizar as pessoas para uma atividade virtual, em vários dias seguidos, em um contexto de exaustão das telas. Assim, compreendemos a relevância das gravações, para que o debate pudesse ser levado a um número maior de pessoas, no momento que fosse possível para cada uma delas. A questão do tempo de duração das atividades também foi um elemento determinante, assim como a escolha dos horários de realização.

Na palestra de abertura, ao vivo, por exemplo, atingimos cerca de 40 pessoas acompanhando o evento. Hoje, a mesma palestra já ultrapassou 300 visualizações. O mesmo ocorreu com as demais atividades, onde mantivemos uma média de 30 pessoas acompanhando e todas elas com mais de 200 visualizações dos vídeos. Importante dizermos que todas as atividades contaram com dinâmicas para que os participantes pudessem avaliar as experiências enquanto estas ocorriam.

Mais uma vez o destaque do Fórum foram os “relatos de experiência” que ocorreram no formato virtual através do que chamamos de rodas de conversas. Antes de cada palestra, debate ou apresentação de pesquisas, as rodas aconteciam para que participantes pudessem relatar como se sentiam sobre o tema, como estavam vivenciando o momento atual do país e como a questão do extremismo religioso presente na agenda pública brasileira afetava a realidade educacional de cada um. Este espaço contou mais uma vez com ampla adesão e foi o mais procurado pelos participantes. Importante dizermos que as rodas de conversa contavam com facilitadoras que levantavam temas do cotidiano escolar através de matérias veiculadas na mídia, de imagens, de poemas, de músicas ou vídeos.

No último dia do Fórum o OLÉ lançou a campanha em defesa do Estado Laico, com o slogan: “A Fé é Privada e a política é pública. A fé é sua, mas a política pública e de todos”. A campanha contou com um vídeo gravado por lideranças religiosas, figuras públicas, professores e estudantes enfatizando em pequenas falas qual a relevância da laicidade para assegurarmos um Estado democrático. Para lançar o vídeo, ou seja, torná-lo público, ocorreu uma plenária virtual com diversos destes representantes comentando ao vivo o vídeo. A plenária final atingiu mais de duzentas pessoas e a campanha se desdobrou nas redes sociais através do vídeo, mas também de outros materiais. Consideramos que reunimos lideranças religiosas, entidades da sociedade civil, grupos de pesquisa, intelectuais que discutem laicidade e lideranças políticas nesta campanha como um grande feito e uma contribuição do OLÉ em termos de relação da Universidade pública com a educação básica, movimentos sociais e diversos outros campos. Mas, também uma contribuição em termos de possibilidades metodológicas acolhedoras e afetivas diante de um cenário tão desolador, desumano e de exaustão vivenciado pelo campo educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas curriculares tecidas durante a pandemia da Covid-19 foram determinantes para a sobrevivência da educação pública. Criamos e aprendemos novos caminhos para o processo de ensino-aprendizagem e nosso II Fórum foi um destes caminhos. Tanto em relação a possibilidade de um espaço acolhedor, afetivo e humanizado combinado com debates teórico-políticos densos e de extrema relevância, quanto pela articulação, ainda que virtual, com diferentes campos e, especialmente com a educação básica. Soma-se a isso a importância de espaços de reflexão e de resistência por uma educação pública e um Estado democrático diante do cenário do país. Nesse sentido, cumpre mais uma vez

enfazarmos que para nós do OLÉ, a laicidade se constituiu como um dos elementos-chaves para assegurar este Estado democrático.

A laicidade é um dos pilares do Estado Moderno. O argumento laico está no cerne do pensamento iluminista, e, conseqüentemente, em todos os processos que caracterizaram as revoluções liberais que marcaram o final do século XVIII e início do século XIX. Da mesma forma, o conservadorismo moderno tem suas origens na mesma época, mais especificamente a partir da obra do autor britânico Edmund Burke e sua crítica ao iluminismo e às Revoluções Burguesas. Portanto, laicidade e conservadorismo são conceitos que possuem matrizes teóricas e políticas antagônicas, porém imbricadas.

Com efeito, os conteúdos da laicidade e do conservadorismo só podem ser entendidos em um longo processo histórico. Assim sendo, a laicização do Estado foi proclamada para retirar o monopólio da verdade da Igreja no processo de construção moderna da sociedade democrática. A laicidade torna-se um princípio da construção da democracia. Dessa forma, enquanto discurso e prática, a laicidade estava ligada a ampla ideia de democratização. Já o conservadorismo, através de regimes de verdade (FOUCAULT, 1996), associava-se a ideias autoritárias e antidemocráticas. Por ser um estilo de pensamento, a compreensão do conservadorismo não é fácil.

Se consideramos, portanto, a laicidade um processo, encerramos o nosso II Fórum contribuindo nesse processo: produzindo história e memória registradas na rede mundial de computadores. Entender que a laicidade é um dos mais importantes componentes de uma sociedade democrática, implica em reconhecer que está também significa a defesa da dignidade humana e as diferentes manifestações culturais da população brasileira. Desta forma, acreditamos que a laicidade é um dos mais importantes componentes de uma sociedade democrática. Defender a laicidade é defender a dignidade humana.

E em cenário complexo, de muitas redefinições em curso, de luta política acirrada por um outro mundo pós-pandemia, o Brasil também tem a chance de rever a relação histórica do nosso Estado com as religiões. Esperamos que nossas políticas públicas, leis e ações governamentais respeitem e reconheçam a ciência e os diferentes campos de estudos e que sejam para todos e todas, crentes e não crentes. Medidas necessárias nesse momento para nossa saúde, para nossa sobrevivência, mas para o nosso futuro. Um futuro democrático.

REFERÊNCIAS

- BERNI, Luiz Eduardo. **TRADUÇÃO DECLARAÇÃO UNIVERSAL DA LAICIDADE NO SÉCULO XXI**. ATELIÊ DE PESQUISA TRANSDISCIPLINAR – URCI-NSP. Disponível em: http://www.lemonde.fr/idees/article_interactif/2005/12/09/declaration-universelle-sur-la-laiciteau-xxie-siecle_718769_3232.html. Acesso em: 11 out. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 10.292**. Brasília, DF. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10292.htm. Acesso em: 11 out. 2022.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL**. 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm, Acesso em: 11 out. 2022.
- BONAZZI, Tiziano. Verbete conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. "A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica?", **Cadernos de Pesquisa** (São Paulo), n. 137, maio/agosto 2009.
- CUNHA, Luiz Antônio. "Religião, moral e civismo na educação brasileira (1931-1997)", **História Caribe** (Barranquilla) v. V, n. 15, dezembro 1999.
- FISCHMANN, Roseli. **Estado laico**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1959.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política: Medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião: Fundação Heinrich Böll, 2017, 196 P.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).